



IND 1452/2003
18/09/03
Câmara Legislativa do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO IND 1452/2003 de de 2003

Do Protocolo Legislativo para registro e, ar
seguida, à C.S.F.A.
Ex. 18/09/03
(Da Sra. Dep. Arlete Sampaio)

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Planejamento

Sugere ao Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal a promover uma ampla campanha institucional PELO DESARMAMENTO em Brasília, visando conscientizar a população da necessidade de contribuir para o fim da violência que permeia a nossa Capital.

17/SET/2003 16:33 31 098

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal a realização de campanhas institucionais PELO DESARMAMENTO, seja por meio de panfletos, folders, revistas, rádio, televisão, e de todos os meios de comunicação e divulgação possíveis que a mídia brasileira detém, para que levem à população do Distrito Federal, o sentimento da união e solidariedade

IND 1452/03
Fl. n.º 01
Arlete

A

de todos, a fim de resgatar a liberdade, a cidadania, o direito de ir e vir, e principalmente, o direito à vida, assegurados na Constituição.

JUSTIFICAÇÃO

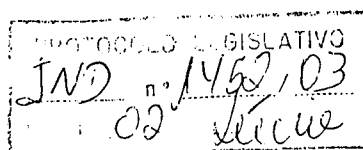
Segundo as conclusões de um levantamento realizado pela Comissão sobre Prevenção de Crimes e Justiça Criminal da Organização das Nações Unidas (ONU) realizado em 49 países, o Brasil foi classificado como líder mundial em quatro categorias de crimes cometidas com o emprego de armas de fogo.

O Brasil é citado como uma das únicas nações que não colocam algum tipo de restrição ou proibição de posse de arma de fogo por pessoas que já tenham cometido crimes.

O estudo da ONU utiliza critérios de número de crimes cometidos por grupo de cem mil habitantes e tem o Brasil como campeão de casos de mortes relacionados com armas de fogo, o que inclui suicídios, homicídios e acidentes, com 26,97 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes.

No Brasil há cinco milhões de armas de fogo legalmente registradas e três milhões ilegais. Estima-se que no Rio de Janeiro somente os traficantes tenham cerca de 60 mil armas.

Isto é apenas um esboço da violência em nosso país, lamentavelmente. A situação é grave e requer medidas urgentes e eficazes no combate ao uso indevido e indiscriminado de armas de fogo. As medidas passam pela fabricação, comercialização, e até



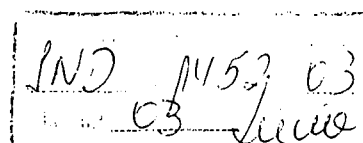
mesmo por um novo modelo de autorização de porte e registro de armas, e ainda punições mais severas para os infratores.

Brasília, aos 43 anos de idade, já vive os problemas das grandes metrópoles - desemprego, falta de habitação, saúde, segurança pública, educação, saneamento básico, infra-estrutura, invasões e, consequentemente, a violência urbana. Neste contexto, a arma de fogo torna-se o meio mais utilizado, vitimando na maioria das vezes, jovens de 15 a 24 anos.

A Segurança Pública do DF têm em seus quadros, sem sombra de dúvida, a polícia mais qualificada e capacitada do país, sendo referência até para outros países. Entretanto, a escalada do crime e da violência já atingiu níveis em que até mesmo aqueles que têm por opção e dever, a função de proteger a sociedade, ficam vulneráveis expondo e perdendo suas próprias vidas diante do crime organizado que vem, há tempos, se instalando em Brasília.

No estrito cumprimento do dever, o agente de polícia Nelsivane Machado Pereira, 38 anos, filho, pai, esposo, companheiro e parceiro de anos de dedicação à segurança pública, onde primeiro serviu à Polícia Militar e à 09 anos à Polícia Civil, teve sua vida ceifada em 15.09.2003, por três desconhecidos algozes da paz, quando escoltava no Hospital Regional do Gama um preso que fora ferido em um assalto a um posto de gasolina. Sua colega e parceira daquele dia nada pôde fazer. Eram apenas dois policiais contra uma quadrilha e o crime organizado.

Esses acontecimentos nos remetem a uma reflexão e a união dos poderes públicos e sociedade civil organizada contra a violência.



A Câmara Legislativa tem um papel fundamental. No momento em que o Congresso Nacional discute o Estatuto do Desarmamento, nós parlamentares desta Capital não podemos agir como simples espectadores.

Diante do exposto, por uma **Brasília sem armas e sem violência**, solicitamos dos senhores parlamentares a aprovação desta indicação, bem como sugerimos, também, o engajamento de todos nesta campanha.

Sala das Sessões, de de 2003.


Arlete Sampaio
Deputada Distrital - PT

